This is a digital copy of a book that was preserved for generations on library shelves before it was carefully scanned by Google as part of a project to make the world's books discoverable online.

It has survived long enough for the copyright to expire and the book to enter the public domain. A public domain book is one that was never subject to copyright or whose legal copyright term has expired. Whether a book is in the public domain may vary country to country. Public domain books are our gateways to the past, representing a wealth of history, culture and knowledge that's often difficult to discover.

Marks, notations and other marginalia present in the original volume will appear in this file - a reminder of this book's long journey from the publisher to a library and finally to you.

Usage guidelines

Google is proud to partner with libraries to digitize public domain materials and make them widely accessible. Public domain books belong to the public and we are merely their custodians. Nevertheless, this work is expensive, so in order to keep providing this resource, we have taken steps to prevent abuse by commercial parties, including placing technical restrictions on automated querying.

We also ask that you:

+ *Make non-commercial use of the files* We designed Google Book Search for use by individuals, and we request that you use these files for personal, non-commercial purposes.

+ *Refrain from automated querying* Do not send automated queries of any sort to Google's system: If you are conducting research on machine translation, optical character recognition or other areas where access to a large amount of text is helpful, please contact us. We encourage the use of public domain materials for these purposes and may be able to help.

+ *Maintain attribution* The Google "watermark" you see on each file is essential for informing people about this project and helping them find additional materials through Google Book Search. Please do not remove it.

+ *Keep it legal* Whatever your use, remember that you are responsible for ensuring that what you are doing is legal. Do not assume that just because we believe a book is in the public domain for users in the United States, that the work is also in the public domain for users in other countries. Whether a book is still in copyright varies from country to country, and we can't offer guidance on whether any specific use of any specific book is allowed. Please do not assume that a book's appearance in Google Book Search means it can be used in any manner anywhere in the world. Copyright infringement liability can be quite severe.

About Google Book Search

Google's mission is to organize the world's information and to make it universally accessible and useful. Google Book Search helps readers discover the world's books while helping authors and publishers reach new audiences. You can search through the full text of this book on the web at `http://books.google.com/`

Esta é uma cópia digital de um livro que foi preservado por gerações em prateleiras de bibliotecas até ser cuidadosamente digitalizado pelo Google, como parte de um projeto que visa disponibilizar livros do mundo todo na Internet.

O livro sobreviveu tempo suficiente para que os direitos autorais expirassem e ele se tornasse então parte do domínio público. Um livro de domínio público é aquele que nunca esteve sujeito a direitos autorais ou cujos direitos autorais expiraram. A condição de domínio público de um livro pode variar de país para país. Os livros de domínio público são as nossas portas de acesso ao passado e representam uma grande riqueza histórica, cultural e de conhecimentos, normalmente difíceis de serem descobertos.

As marcas, observações e outras notas nas margens do volume original aparecerão neste arquivo um reflexo da longa jornada pela qual o livro passou: do editor à biblioteca, e finalmente até você.

Diretrizes de uso

O Google se orgulha de realizar parcerias com bibliotecas para digitalizar materiais de domínio público e torná-los amplamente acessíveis. Os livros de domínio público pertencem ao público, e nós meramente os preservamos. No entanto, esse trabalho é dispendioso; sendo assim, para continuar a oferecer este recurso, formulamos algumas etapas visando evitar o abuso por partes comerciais, incluindo o estabelecimento de restrições técnicas nas consultas automatizadas.

Pedimos que você:

- Faça somente uso não comercial dos arquivos.
  A Pesquisa de Livros do Google foi projetada para o uso individual, e nós solicitamos que você use estes arquivos para fins pessoais e não comerciais.

- Evite consultas automatizadas.
  Não envie consultas automatizadas de qualquer espécie ao sistema do Google. Se você estiver realizando pesquisas sobre tradução automática, reconhecimento ótico de caracteres ou outras áreas para as quais o acesso a uma grande quantidade de texto for útil, entre em contato conosco. Incentivamos o uso de materiais de domínio público para esses fins e talvez possamos ajudar.

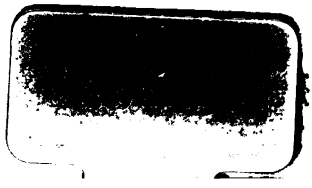
- Mantenha a atribuição.
  A "marca dágua" que você vê em cada um dos arquivos é essencial para informar as pessoas sobre este projeto e ajudá-las a encontrar outros materiais através da Pesquisa de Livros do Google. Não a remova.

- Mantenha os padrões legais.
  Independentemente do que você usar, tenha em mente que é responsável por garantir que o que está fazendo esteja dentro da lei. Não presuma que, só porque acreditamos que um livro é de domínio público para os usuários dos Estados Unidos, a obra será de domínio público para usuários de outros países. A condição dos direitos autorais de um livro varia de país para país, e nós não podemos oferecer orientação sobre a permissão ou não de determinado uso de um livro em específico. Lembramos que o fato de o livro aparecer na Pesquisa de Livros do Google não significa que ele pode ser usado de qualquer maneira em qualquer lugar do mundo. As conseqüências pela violação de direitos autorais podem ser graves.

Sobre a Pesquisa de Livros do Google

A missão do Google é organizar as informações de todo o mundo e torná-las úteis e acessíveis. A Pesquisa de Livros do Google ajuda os leitores a descobrir livros do mundo todo ao mesmo tempo em que ajuda os autores e editores a alcançar novos públicos. Você pode pesquisar o texto integral deste livro na web, em `http://books.google.com/`

2475. e. 43



MEMORIA HISTORICA E POLITICA

SOBRE O

COMMERCIO DA ESCRAVATURA

ENTREGUE

NO DIA 2 DE NOVEMBRO DE 1816

AO

CONDE CAPO D'ISTRIA

MINISTRO DO IMPERADOR DA RUSSIA

POR

ANTONIO DE SALDANHA DA GAMA

(DEPOIS CONDE DE PORTO SANTO)

Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario de Portugal em S. Petersburgo,
que havia sido Governador e Capitão General de Angola
e um dos Plenipotenciarios Portuguezes no Congresso de Vienna

BIBLIOTHECA JOANNA

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1880

RESUMO DA EXPOSIÇÃO

A RESPEITO DO

TRAFICO DA ESCRAVATURA

RÉSUME DE L'EXPOSITION

SUR

LA TRAITE DES NÈGRES

Cette question renferme deux parties distinctes, savoir: 1°, la cessation de la traite; et, 2°, l'indépendance maritime.

1ère partie

Tout le monde est d'accord que ce commerce est immoral et que par conséquence il doit avoir un terme, et cela le plutôt possible; mais les circonstances particulières de chaque Nation exigent des égards, non-seulement en relation aux préjugés, qu'on ne peut pas déraciner tout d'un coup, mais aussi aux intérêts et au bien-être de leurs propres sujets.

Suivons la marche de l'Angleterre dans cette affaire. L'Angleterre a commencé ses efforts pour faire cesser la traite des nègres en 1787 [1], et ce n'est qu'en 1807 qu'elle a réussi dans cette entreprise, après avoir pendant vingt ans de suite, employé tous les moyens en son pouvoir pour en venir à bout [2]. A cet effet elle s'est servie des enquêtes parlementaires, de discours prononcés, de pamphlets, de gravures, enfin de tous les moyens imaginables pour exciter l'horreur et la commisération. Pouquoi donc refusera-t-on au Portugal d'adopter la même marche que la philanthropique Angleterre a suivie? Le Portugal a commencé son système d'abolition dans le commencement de l'année dix. Il a défendu immédiatement à ses sujets le commerce des esclaves dans une grande partie de la côte d'Afrique [3]: après il a en-

[1] Séances du Parlement de l'année 1787.

[2] Acte du Parlement de 1807.

[3] Traité d'alliance entre l'Angleterre et le Portugal du 19 Février 1810.

RESUMO DA EXPOSIÇÃO

A RESPEITO

DO TRAFICO DA ESCRAVATURA

Esta questão encerra duas partes distinctas, a saber: 1.º, o acabamento do trafico; e, 2.º, a independencia maritima.

1.ª parte

Todos concordam que este commercio é immoral, e que por conseguinte deve acabar, e o mais brevemente possivel; mas as circumstancias particulares de cada Nação exigem contemplações, não só quanto aos prejuizos que não se podem desarreigar de repente, mas tambem quanto aos interesses e bem estar de seus proprios subditos.

Acompanhemos os passos da Inglaterra n'esta questão. A Inglaterra começou com os seus esforços para acabar o trafico da escravatura em 1787[1], e só em 1807 conseguiu o seu intento, depois de ter durante vinte annos consecutivos empregado todos os meios ao seu alcance para o lograr[2]. Para este fim serviu-se dos inqueritos parlamentares, de discursos pronunciados, de pamphletos, de gravuras, finalmente de todos os meios imaginaveis com que excitasse o horror e a commiseração. Porque se recusará, pois, a Portugal que adopte o mesmo procedimento que adoptou a philantropica Inglaterra? Portugal começou o seu systema de abolição no anno dez. Prohibiu immediatamente aos seus subditos o commercio da escravatura n'uma grande parte da costa de Africa[3]: embaraçou depois este commercio, tanto quanto

[1] Sessões do Parlamento do anno de 1787.

[2] Acto do Parlamento de 1807.

[3] Tratado de alliança entre Inglaterra e Portugal, de 19 de fevereiro de 1810.

travé ce commerce, autant qu'il était compatible avec la situation du pays, tantôt en imposant de forts droits sur les esclaves [1], tantôt en faisant des règlements sévères sur la manière de les transporter, réduisant par là de beaucoup l'intérêt des entrepreneurs [2], et enfin en défendant encore ce commerce dans toute l'étendue de la côte d'Afrique située au nord de l'Équateur [3]. Voilà donc bien clairement démontré, que le Portugal a fait, en cinq années, plus que l'Angleterre n'en a pratiqué en dix-neuf et demie. Quel sera donc le motif (on ne saurait trop répéter cette question, qui n'a point de réponse justifiable) d'exiger que le Portugal ait moins de temps que l'Angleterre n'en a eu, pour se préparer à l'abolition de ce trafic, lui dont les possessions à peupler, et celles à mettre sur un autre pied, beaucoup plus vastes que celles que l'Angleterre n'a jamais possédées, réclament des égards dans le rapport de leur étendue? Il paraît que la chose serait autant injuste qu'impraticable.

2e partie

Les procédés injustes et attentatoires de la marine britannique contre le commerce portugais, ont été déjà clairement développées. On y remarque l'indépendance maritime anéantie, la foi sacrée des Traités sacrifiée à l'intérêt mercantile et à la cupidité, et on y observe surtout une perfidie incroyable dans toutes les négociations.

Peut-on donc s'imaginer que les Cabinets de Russie et d'Autriche appuyeront un tel système? Non; ces deux Cabinets recueilleront les vœux de la reconnaissance générale, s'ils profitent de cette occasion, qui se présente, pour faire connaître au monde entier qu'ils ne se sont réunis que pour protéger la justice contre l'injustice, l'opprimé contre l'oppresseur, et pour faire respecter la sainteté inviolable des traités.

[1] Loi du 28 Juillet 1810.
[2] Loi du 24 Novembre 1813.
[3] Traité de Vienne du 22 Janvier 1815.

era compativel com a situação do paiz, já impondo grandes direitos sobre os escravos [1], já elaborando severos regulamentos sobre o modo do seu transporte, reduzindo muito assim o interesse dos negreiros [2], já finalmente prohibindo tambem este commercio em toda a extensão da costa de Africa situada ao norte do Equador [3]. Fica, pois, demonstrado claramente que Portugal fez mais em cinco annos do que a Inglaterra em dezenove e meio. Qual será, portanto, o motivo (pergunta que por mais que se repita não tem resposta justificavel) para exigir de Portugal menos tempo, do que teve a Inglaterra, a fim de se preparar para a abolição d'este trafico, elle cujas possessões por povoar e para melhorar, mais vastas do que as que a Inglaterra jámais possuiu, reclamam os seus cuidados por causa da sua extensão? Parece que seria isto cousa tão injusta quanto impraticavel.

2.ª parte

O procedimento injusto e attentatorio da marinha britannica contra o commercio portuguez já foi claramente relatado. Por ahi se vê que acabou a independencia maritima, que a fé sagrada dos Tratados foi sacrificada ao interesse mercantil e á cupidez, e principalmente que tem havido uma perfidia incrivel em todas as negociações. É, pois, imaginavel que os Gabinetes da Russia e da Austria apoiem tal systema? Não; estes dois Gabinetes alcançarão os votos do reconhecimento geral, se aproveitarem o ensejo que agora se lhes apresenta para darem a conhecer a todo o mundo que se reuniram unicamente com o fim de protegerem a justiça contra a injustiça, o opprimido contra o oppressor, e de fazerem respeitar a santidade inviolavel dos Tratados.

[1] Lei de 28 de julho de 1810.
[2] Lei de 24 de novembro de 1813.
[3] Tratado de Vienna de 22 de janeiro de 1815.

MÉMOIRE HISTORIQUE ET POLITIQUE

SUR

LA TRAITE DES NÈGRES

Tandis qu'on déployait en France la théorie des droits de l'homme, il se formait en Angleterre la secte des philanthropes, lesquels, parmi leurs doctrines, s'efforcèrent aussi de démontrer comme contraire aux principes d'humanité, le commerce des esclaves, jusqu'alors fait par les Anglais dans l'échèle la plus étendue, non-seulement pour en fournir leurs propres colonies, mais aussi celles de l'étranger. Ce parti, réuni à celui des méthodistes, a acquis peu à peu une puissance très considérable dans celui de l'opposition au Parlement; mais pendant l'espace de vingt ans, il a été toujours vivement repoussé par le parti ministériel, appuié de celui des négociants de Liverpool, par les propriétaires des colonies, et même par les Amiraux les plus sensés, lesquels regardaient cette branche de commerce comme un puissant encouragement de la marine marchande, si nécessaire pour la conservation de la marine de guerre.

A la mort de Mr. Pitt, le parti de l'opposition se fraya l'entrée dans le Ministère, et Mr. Fox, qui a été mis à la tête de celui-ci, ne voulant pas être abandonné de ceux de son parti, s'efforça de faire passer dans le Parlement le bill pour la cessation de la traite des nègres, ce qu'arriva en 1807.

Après cette époque le parti dit philanthropique s'est accru considérablement, comme il était naturel, attendu que le négociant anglais ne pouvait pas voir avec indifférence la branche de commerce qu'on lui ravissait, exclusivement dans la main des autres Nations; que les propriétaires voyaient avec jalousie que les colonies de l'étranger, augmentant en bras, pussent fournir leurs denrées à plus bas prix; et que

MEMORIA HISTORICA E POLITICA

SOBRE

O TRAFICO DA ESCRAVATURA

Emquanto se apregoava em França a theoria dos direitos do homem, formava-se na Inglaterra a seita dos philantropos, os quaes, entre as suas doutrinas, forcejaram tambem por mostrar como contrario aos principios da humanidade o commercio da escravatura, até então feito pelos Inglezes na maior escala, não sómente para fornecerem as suas proprias colonias, mas tambem as estrangeiras. Este partido, reunido ao dos methodistas, adquiriu pouco a pouco uma influencia consideravel na opposição do Parlamento, mas durante o espaço de vinte annos repelliu-o tenazmente o partido ministerial, apoiado pelos negociantes de Liverpool, pelos proprietarios das colonias, e tambem pelos Almirantes mais sensatos, que consideravam este ramo de commercio como um poderoso estimulo da marinha mercante, tão necessaria para a conservação da marinha de guerra.

Com a morte de Mr. Pitt, o partido da opposição entrou no Ministerio, e Mr. Fox, que foi posto á frente d'este, não querendo ser abandonado pelos do seu partido, procurou fazer com que passasse no Parlamento o *bill* para o acabamento do trafico da escravatura, o que teve logar em 1807.

Depois d'esta epocha o partido chamado philantropico augmentou consideravelmente, como era natural, por isso que o negociante inglez não podia ver com indifferença tirar-se-lhe este ramo de commercio emquanto ficava nas mãos das outras Nações; porque os proprietarios tinham ciume de que as colonias estrangeiras, augmentando em numero de braços, podessem fornecer os seus generos por

les officiers de marine ne regardaient pas de sang froid l'exercice d'un commerce, que fournissait aux autres Nations les moyens de conserver, si non d'augmenter la navigation nationale.

Le partie philanthropique, ainsi grossi par cette levée d'intéressés, ne tarda pas d'élever ses prétentions pour faire cesser immédiatement ce trafic par toutes les Nations, employant pour y parvenir, tantôt la persuasion, tantôt la force, suivant les circonstances; et sans se rappeler qu'ils avaient débattu cette question pendant l'espace de vingt ans, et que pendant ce temps ils avaient pris toutes les mesures nécessaires, non-seulement pour rendre moins sensibles les effets de la cessation de la traite, mais aussi pour disposer les esprits des intéressés à se laisser persuader des principes de leur nouvelle doctrine; ils prétendirent que les autres Nations, sans se soucier de ces préliminaires indispensables, ni d'aucunes opérations préparatoires, adoptassent tout-à-coup la mesure de la cessation du commerce des esclaves!

Il est à propos d'examiner ici, si c'est la philanthropie, ou bien l'intérêt mercantile et colonial, qui a produit cet ardent désir de l'Angleterre pour faire cesser le trafic des nègres par les autres Nations. Il me semble qu'il ne sera pas difficile de prouver que la philanthropie n'en est que le pretexte et que le monopole mercantile et colonial en est la véritable raison.

1° Si c'était le véritable esprit de philanthropie qui guidât le Cabinet Britannique, il aurait déjà songé à donner un état légal aux esclaves dans ses colonies, lesquels y sont plus maltraités que dans aucun autre pays, étant censés propriété du maître, et par conséquent les droits de celui-ci sur ces malheureux trop respecté par la Constitution Anglaise. Si c'était, dis-je, la véritable philanthropie qui dirigeât les Anglais, elle s'appliquerait seulement dans ce sens, parce qu'alors les esclaves, en changeant de situation, deviendraient heureux, autant que cela peut être, ce que la cessation du trafic ne peut aucunement produire. L'escla-

menos preço, e porque os officiaes de marinha não olhavam a sangue frio o exercicio de um commercio que dava ás outras Nações os meios de conservarem ou de engrandecerem a navegação nacional.

O partido philantropico, assim engrossado por semelhante leva de interessados, não tardou em patentear as suas pretensões para que cessasse immediatamente este trafico em todas as Nações, empregando a fim de o conseguir, já a persuasão, já a força, segundo as circumstancias; e sem se lembrarem que elles tinham debatido esta questão durante o espaço de vinte annos, e que no decurso d'este tempo haviam tomado todas as medidas necessarias, não só para tornar menos sensiveis os effeitos do acabamento do trafico, mas tambem para dispor os espiritos dos interessados á persuasão dos principios da sua nova doutrina, pretenderam que todas as outras Nações, sem cuidarem d'estes preliminares indispensaveis, nem de nenhumas operações preparatorias, adoptassem repentinamente a medida do acabamento do trafico da escravatura!

Cabe aqui examinar se é a philantropia ou o interesse mercantil e colonial que gerou este ardente desejo de a Inglaterra fazer acabar o trafico da escravatura nas outras nações. Parece-me que não será difficil provar que a philantropia é apenas o pretexto, e que o monopolio mercantil e colonial é a causa real.

1.º Se o verdadeiro espirito de philantropia fosse o motor do Gabinete Britannico, haveria este já cuidado em dar nas suas colonias um estado legal aos escravos, os quaes são ahi mais maltratados do que em paiz algum, pois se reputam propriedade do senhor, e por conseguinte os direitos d'este sobre os pobres desgraçados são muito respeitados pela Constituição Ingleza. Se fosse, repito, a verdadeira philantropia que dirigisse os Inglezes, ella se applicaria unicamente n'este sentido, porque então os escravos, mudando de situação, tornar-se-iam felizes, tanto quanto é possivel, o que o acabamento do trafico não póde produzir de nenhum modo.

vage existe en Afrique, ce ne sont pas les Européens que l'y ont introduit. Il y a des *esclaves de naissance, des esclaves par délit,* dont les fers s'étendent souvent à toute la famille, et enfin des *esclaves par droit de guerre.* Cesserat-il l'esclavage en Afrique lorsque les Européens n'acheteront plus de nègres? Malheureusement on peut avec assurance se tenir à la négative: les esclaves de naissance et ceux par délit le seront toujours, pendant que l'Afrique ne sera civilisée; et les établissements portugais, qui depuis des siècles y existent, n'ayant pas encore porté qu'une influence presque insensible dans les peuplades voisines, déposent beaucoup contre la possibilité de la civilisation de cette partie du globe, qui paraît destinée a être le domicile éternel de la barbarie. Ayant été assez long-temps en Afrique, je puis assurer que ces malheureux, quand ils ne trouvent pas un débouché par le commerce, périssent journellement par centaines, victimes de la barbarie, des lois, et souvent même pour étaler la grandeur et la puissance de leur despote. Tant le cœur humain peut être déçu et entraîné dans l'abîme de l'erreur et du crime par ces idées éblouissantes! C'est ce qu'arrivait chez les Moluas, Nation nombreuse qui habite l'intérieur de l'Afrique, avant l'année 1809, parce que n'étant jusqu'alors que très peu connue des Portugais, elle n'avait avec les blancs aucun commerce direct. Les philanthropes celent tant qu'ils peuvent ces tristes vérités, et ne parlent que des esclaves par droit de guerre, en disant que c'est l'intérêt de faire des captifs qui donne lieu à la fréquence des guerres en Afrique. Heureuse l'Europe s'il n'existait que cette seule incitation de guerre; mais l'expérience démontre bien clairement tous les jours que, malgré la non existence de cette cause dans cette partie du monde, les philanthropes ne réussissent pas a y mantenir la paix pour trop long-temps. Comment donc peuvent-ils se flater d'établir la paix perpétuelle en Afrique moyennant l'anéantissement de cette seule cause de guerre?

2e Par quelle raison la philanthropie anglaise ne se manifeste-t-elle qu'à l'égard des nègres, et veut-elle empêcher

A escravidão existe na Africa, e não foram os Europeus que n'ella a introduziram. Ha ahi *escravos de nascimento, escravos por delictos,* cujos ferros passam muitas vezes a toda a familia, e finalmente *escravos por direito de guerra.* Acabará a escravidão em Africa, se os Europeus deixarem de comprar negros? Infelizmente póde-se com certeza responder pela negativa: haverá sempre escravos de nascimento e por delictos, emquanto a Africa não for civilisada; e a quasi insensivel influencia que os estabelecimentos portuguezes, ahi existentes ha seculos, teem operado nas povoações vizinhas, depõe muito contra a possibilidade da civilisação d'esta parte do globo, que parece destinada a ser o eterno domicilio da barbaria. Por ter morado muito tempo em Africa, posso affirmar que estes desgraçados, quando não acham sahida por meio do commercio, morrem diariamente ás centenas, victimas da barbaridade das leis, e até muitas vezes para ostentação da grandeza e poder do seu despota. Tanto o coração humano póde ser enganado e arrastado ao abysmo do erro e do crime por estas idéas deslumbrantes! É o que acontecia entre os Moluas, Nação numerosa que habita o interior da Africa, antes de 1809, porque, sendo até então muito pouco conhecida dos Portuguezes, não tinha com os brancos nenhum commercio directo. Os philantropos escondem quanto é possivel estas tristes verdades, e não fallam senão dos escravos por direito de guerra, dando a entender que é o interesse de fazer captivos o que occasiona a frequencia das guerras na Africa. Feliz a Europa, se este fosse o unico incitamento para a guerra; mas a experiencia mostra muito claramente todos os dias que, apezar da falta de semelhante causa n'esta ultima parte do mundo, os philantropos não conseguem manter n'ella a paz por muito tempo. Como podem elles, pois, ter esperança de estabelecer a paz perpetua na Africa com o acabamento d'esta unica origem de guerra?

2.° Por que motivo não se manifesta a philantropia ingleza senão para com os negros, e quer impedir por força que os

à toute force qu'on en fasse des esclaves, tandis qu'elle tolère, et souvent même contribue à ce que les Puissances barbaresques en fassent des blancs? Des faits récents me font à ce sujet rappeler la conclusion de la fable 12 du livre 4e de La Fontaine.

3e Combien n'existe-t-il des institutions, soit même en Angleterre, soit dans d'autres pays pour exciter dans le philanthrope le désir ardent de leur anéantissement? L'Angleterre a-t-elle fait quelque pas à l'égard de ces autres réformes? Non; l'Angleterre ne s'en soucie même pas, ce qui prouve évidemment qu'elle a plus d'intérêt dans la première que dans celles-ci; et si l'on examine la question de sang froid, on reconnaîtra que c'est l'intérêt national que la guide dans cette affaire.

4e Si la philanthropie guidât les Anglais, ils accorderaient tout bonnement la liberté aux esclaves capturés sur les vaisseaux portugais, les rendraient à leur patrie, et ne souffriraient point que les plus robustes soient, au profit des preneurs, vendus à la Couronne, pour être employés dans les colonies à toute sorte de travaux sous le titre spécieux de soldats, et que les autres soient achetés par les particuliers, pour en être de vrais esclaves sons le nom de domestiques. C'est cependant la pratique suivie jusqu'à présent. Peut-on éluder la verité plus grossièrement?

Examinons maintenant quels sont les moyens que l'Angleterre a employés pour obliger les autres Puissances à l'adoption de son système. Le Portugal ayant été la Puissance la plus intéressée dans la continuation du trafic des esclaves, et en même temps celle qui a soutenu la plus longue discusion avec l'Angleterre à cet égard, je me bornerai à l'exposition succinte de ce qu'arriva avec cette Puissance dans cette discussion.

Depuis l'année 1807 l'Angleterre a commencé ses efforts pour obliger la Cour de Portugal à faire cesser le trafic des nègres; mais l'invasion de ce Royaume par les Français et le passage de la Famille Royale pour le Brésil attiédirent

escravizem, ao passo que tolera que as Potencias barbarescas escravizem os brancos e muitas vezes até para isso contribue? Factos recentes fazem-me a este respeito lembrar a conclusão da fabula 12 do livro 4.º de La Fontaine.

3.º Quantas instituições não existem, quer na propria Inglaterra, quer em outros paizes, para excitarem no philantropo o desejo ardente da sua extincção? Fez a Inglaterra alguma cousa a favor d'estas outras reformas? Não; a Inglaterra nem se importa com semelhante cousa, o que prova evidentemente que liga mais interesse á primeira do que a estas, e, examinando-se a questão a sangue frio, reconhecer-se-ha ser o interesse nacional que a guia n'este assumpto.

4.º Se a philantropia inspirasse os Inglezes, estes concederiam verdadeiramente a liberdade aos escravos capturados nos navios portuguezes, restituil-os-iam á sua patria, e não consentiriam que os mais robustos sejam vendidos á Corôa, em proveito dos apresadores, para se empregarem nas colonias em toda a qualidade de trabalhos, com o titulo especioso de soldados, e que os outros sejam comprados pelos particulares, para serem verdadeiros escravos, sob o nome de creados. É esta entretanto a pratica seguida até hoje. Poder-se-ha mascarar a verdade de um modo mais grosseiro?

Examinemos agora quaes são os meios que a Inglaterra tem empregado para obrigar as outras Potencias a adoptarem o seu systema. Por ser Portugal a Potencia mais interessada na continuação do trafico da escravatura, e ao mesmo tempo a que sustentou mais longa discussão com a Inglaterra a este respeito, limitar-me-hei á exposição succinta do que aconteceu com esta Potencia n'esta discussão.

Desde o anno de 1807 que a Inglaterra começou a empenhar-se para obrigar a Côrte de Portugal a acabar com o trafico da escravatura; mas a invasão do Reino pelos Francezes, e a passagem da Familia Real ao Brazil abrandaram

pour quelque temps l'ardeur du Cabinet Britannique. Le Gouvernement Portugais s'étant fixé au Brésil, l'Angleterre, alors dans l'extrême besoin de se frayer un débouché pour l'immensité de ses manufactures, dont, par un effet du blocus continental, ses magasins étaient encombrés à cette époque, simula d'avoir oublié son projet de la cessation de la traite des nègres, et tourna tous ses efforts pour obtenir du Portugal des avantages commerciaux. Ces avantages obtenus, le Cabinet Britannique profita de la première occasion qui se présenta pour renouveler ses autres prétentions. Le soulèvement du peuple en Portugal contre les Français lui en fournit la plus favorable.

Dans une crise si importante, le Gouvernement Portugais avait besoin des secours de l'Angleterre pour seconder les efforts généreux de la Nation contre les aggresseurs de son indépendance, et l'Angleterre profita habilement de ce besoin préssant pour obtenir ce qu'elle désirait, imposant, comme condition indispensable pour prêter son assistance, la renonciation du Portugal au commerce des esclaves. Après de très fortes contestations, on est enfin venu à s'accorder sur cette affaire par l'article X du Traité d'alliance de 1810, de la manière qui suit:

«Son Altesse Royale le Prince Régent de Portugal, étant pleinement convaincu de l'injustice et de la mauvaise politique du commerce des esclaves, et du grand désavantage qui provient de la nécessité d'introduire et de renouveler continuellement une population étrangère et factice pour maintenir l'agriculture et l'industrie dans les possessions de l'Amérique Méridionale, a résolu de coopérer avec Sa Majesté Britannique dans la cause de l'humanité et de la justice, en adoptant les moyens les plus efficaces pour obtenir dans toute l'étendue de ses États l'abolition *graduelle* du commerce des esclaves. Fidèle à ce principe, Son Altesse Royale le Prince Régent de Portugal s'oblige à faire défense à ses sujets de continuer le commerce des esclaves dans toute la partie de la côte d'Afrique qui n'appartient pas en ce moment aux domaines de Son Altesse Royale, et où ce trafic

temporariamente o ardor do Gabinete Britannico. Tendo-se estabelecido no Brazil o Governo Portuguez, a Inglaterra, que se achava então extremamente necessitada de abrir uma sahida á immensidade das suas manufacturas, de que tinha os armazens atulhados por causa do bloqueio continental, simulou haver esquecido o seu projecto do acabamento do trafico da escravatura, e voltou todos os esforços para obter de Portugal vantagens commerciaes. Obtidas estas vantagens, o Gabinete Britannico aproveitou a primeira occasião que se apresentou para renovar as outras suas pretensões. O levantamento do povo em Portugal contra os Francezes deu-lh'a e bem favoravel.

N'uma crise tão importante o Governo Portuguez precisava os soccorros da Inglaterra, a fim de secundar os generosos esforços da Nação contra os aggressores da sua independencia, e a Inglaterra serviu-se habilmente d'esta instante necessidade para obter o que desejava, impondo, como condição indispensavel de prestar o seu auxilio, a renuncia de Portugal ao trafico da escravatura. Depois de fortes contestações, chegou-se a um accôrdo n'este negocio pelo artigo 10.º do Tratado de alliança de 1810, do modo seguinte:

«Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal, estando plenamente convencido da injustiça e má politica do commercio dos escravos, e da grande desvantagem que traz comsigo a necessidade de introduzir e renovar continuamente uma população estrangeira e facticia, para manter a agricultura e industria nas possessões da America Meridional, resolveu cooperar com Sua Magestade Britannica na causa da humanidade e da justiça, adoptando os meios mais efficazes para obter em toda a extensão dos seus Estados a abolição *gradual* do commercio da escravatura. Fiel a este principio, Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal obriga-se a prohibir aos seus subditos a continuação do commercio dos escravos em toda a parte da costa de Africa que não pertence agora aos dominios de Sua Alteza Real, e onde este trafico foi abandonado pelas Potencias e Estados da Europa,

a été abandonné par les Puissances et États de l'Europe qui y commerçaient anciennement, se réservant toutefois pour ses propres sujets le droit de faire la traite des nègres dans les possessions africaines de la Couronne de Portugal. Mais il doit être formellement entendu que les stipulations du présent Traité ne seront considérées comme invalidant ou affectant en aucune manière les droits de la Couronne de Portugal aux territoires de Cabinda et de Molembo (droits contestés autrefois par le Gouvernement Français), ni comme limitant ou restreignant le commerce d'Ajuda et autres ports de l'Afrique, situés sur la côte, communement appelée Côte d'Or, et qui appartiennent á la Couronne de Portugal, ou auxquels elle a des prétentions, Son Altesse Royale le Prince Régent de Portugal étant résolu de ne point résigner ni laisser perdre ses justes et légitimes droits sur ces pays, ni ceux qu'ont ses sujets d'y trafiquer, ainsi qu'ils l'ont toujours fait jusqu'à ce jour.»

C'est après cette époque que l'Angleterre commença à déployer son injuste système d'oppression, attentatoire à l'indépendance des Nations et subversif de la bonne foi et religieuse exécution qu'elle devait aux stipulations d'un Traité, récemment signé avec une Puissance qui avait mis toute sa confiance dans la Grande-Bretagne et versé son sang conjointement avec elle pour la cause de l'indépendance générale on envoya des corsaires et des vaisseaux de guerre dans la côte d'Afrique, pour capturer tous les vaisseaux portugais que faisaient la traite des nègres dans les endroits même reservés par le Traité pour la continuation de ce trafic. Des vaisseaux portugais furent pris, soit en sortant des dits ports avec cargaison d'esclaves, soit en y allant, soit même, oh! indignation! en sortant des ports du Brésil avec un chargement provenant de la vente des nègres!!

Passons à présent à l'examen des prétextes donc les officiers de la marine britannique se sont prévalus pour faire juger bonnes leurs prises par les Vice-Amirautés de Serre Leone et du Cap de Bonne Espérance, où ils les conduisirent.

que ahi commerciavam antigamente, reservando, comtudo, para os seus proprios subditos o direito de exercerem o trafico da escravatura nas possessões africanas da Corôa de Portugal. Mas deve-se formalmente entender que as estipulações do presente Tratado não invalidam ou affectam de modo algum os direitos da Corôa de Portugal aos territorios de Cabinda e Molembo (direitos contestados outr'ora pelo Governo Francez), nem limitam ou restringem o commercio de Ajudá e de outros portos de Africa, situados na costa commummente chamada Costa do Ouro, pertencentes á Corôa de Portugal, ou a que ella tem pretensões, pois Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal está resolvido a não resignar, nem deixar perder os seus justos e legitimos direitos a estes paizes, nem os dos seus subditos de ahi commerciarem, conforme o teem feito até hoje.»

Depois d'esta epocha é que a Inglaterra começou a empregar o seu injusto systema de oppressão, attentatorio da independencia das Nações, e subversivo da boa fé e religiosa execução por ella devida ás estipulações de um Tratado, assignado recentemente com uma Potencia que depositára toda a confiança na Gran-Bretanha, e derramára juntamente com ella o seu sangue pela causa da independencia geral. Enviaram-se corsarios e navios de guerra para a costa de Africa, a fim de capturarem todos os navios portuguezes empregados no trafico da escravatura, até mesmo nos logares reservados pelo Tratado para a continuação d'este trafico. Tomaram-se navios portuguezes, uns que sahiam dos ditos portos com carregamento de escravos, outros que a elles se dirigiam, e outros até, que indignidade! ao largarem dos portos do Brazil com carga proveniente da venda dos negros!

Passemos agora ao exame dos pretextos de que se valeram os officiaes da marinha britannica para fazerem julgar boas as suas presas pelos Vice-Almirantados da Serra Leôa e do Cabo da Boa Esperança, onde as conduziram.

1e Prétexte. *Que des vaisseaux, qui ne seraient pas de construction portugaise, ne pourraient point être employés dans le commerce des esclaves.* La galère *Urbano*, le schooner *Volante*, le brick *Calipso*, etc., furent déclarés de bonne prise sous ce prétexte. C'est de cette manière que les croiseurs anglais voulaient dicter au Portugal quels étaient les bâtiments qu'il pouvait employer dans son commerce, privant ainsi une Nation indépendante d'une prérogative que personne ne peut lui contester. Le tribunal de Serre Leone tâchait en vain d'appuyer ses injustes jugements de l'article V du Traité de commerce et navigation du 19 Février 1810 entre le Portugal et la Grande-Bretagne, qui désigne simplement les conditions nécessaires pour que les bâtiments jouissent dans les ports respectifs des avantages de ce Traité, détournant ainsi grossièrement le sens du susdit article, à moins que l'Angleterre ne considère comme lui appartenant les ports de l'Afrique, et même dans ce cas il n'existait point de droit pour la capture. Enfin, après beaucoup de bâtiments pris et de propriétaires ruinés, le Cabinet Britannique a déclaré, que ses croiseurs avaient mal interprété le sens du dit article. On s'attendait qu'après une telle déclaration, le Gouvernement Britannique procéderait sans délai à la restitution des bâtiments pris sous ce prétexte et à en indemniser les propriétaires; mais cela n'entrait point dans le système philanthropique de l'Angleterre, et cette déclaration ne produisit aucun effet ni pour le passé, ni pour l'avenir.

2e Prétexte. *Que les Portugais s'associaient avec les Anglais pour faire la traite des nègres.* Le *Falcão*, le *Bom Amigo*,, etc., ont été pris sous ce prétexte. Une telle raison n'a jamais existé que dans la tête ambicieuse des croiseurs anglais, n'a jamais été prouvée, et l'on n'a jamais appris le nom d'un seul Anglais qui eût part dans une telle négociation, et qui, convaincu de son crime, eût subi la peine de la loi. Mépriser les certificats en règle produits par les capitaines des navires, créer dans la fantaisie des associations anglaises sans la moindre vraisemblance, voilà la manière aisée de troubler la navigation d'une Nation quelconque.

1.º Pretexto. *Que não poderiam ser empregados no commercio da escravatura navios que não fossem de construcção portugueza.* A galera *Urbano,* a escuna *Volante,* o brigue *Calypso,* etc., foram declarados boas presas com este pretexto. Por tal modo pretendiam os cruzadores inglezes dictar a Portugal quaes eram os navios que podia empregar no seu commercio, privando assim uma Nação independente de uma prerogativa que ninguem lhe póde contestar. Debalde o tribunal da Serra Leôa procurava apoiar os seus injustos julgamentos invocando o artigo 5.º do Tratado de commercio e navegação de 19 de fevereiro de 1810 entre Portugal e a Gran-Bretanha, o qual designa simplesmente as condições necessarias para que os navios gosem nos portos respectivos das vantagens d'este Tratado, transtornando assim grosseiramente o sentido do mencionado artigo, a não ser que a Inglaterra considere como seus os portos de Africa, e mesmo n'este caso não havia direito para a captura. Emfim, depois de se tomarem muitos navios, e de ficarem arruinados muitos proprietarios, declarou o Gabinete Britannico que os seus cruzeiros haviam interpretado mal o dito artigo. Feita semelhante declaração, era de esperar que o Governo Britannico restituisse immediatamente os navios tomados com este pretexto, e indemnisasse os seus proprietarios; mas isto não fazia parte do systema philantropico da Inglaterra, e esta declaração não produziu effeito algum, nem quanto ao passado, nem quanto ao futuro.

2.º Pretexto. *Que os Portuguezes se associavam com os Inglezes para o trafico da escravatura.* O *Falcão,* o *Bom Amigo,* etc., foram tomados com este pretexto. Tal razão nunca existiu senão na cabeça ambiciosa dos cruzeiros inglezes, nunca foi provada, e nunca se soube de um unico nome de Inglez que tivesse parte em semelhante contrato, e que, convencido do seu crime, soffresse a pena da lei. Desprezar as attestações em fórma apresentadas pelos capitães de navios, crear na phantasia associações inglezas sem a menor verosimilhança, eis um modo commodo de perturbar a navegação de uma Nação qualquer.

3e Prétexte. *Que les bâtiments portugais faisaient le commerce des nègres dans les ports défendus par l'article X du traité d'alliance de 1810.* Supposons pour un moment qui les Portugais faisaient en effet le commerce des esclaves dans les ports défendus par le Traité; s'ensuivrait-il par là que les croiseurs anglais eussent le droit de les prendre? Surêment que non; ceux qui de cette manière auraient manqué à l'exécution du Traité, ne pouvaient être soumis qu'aux lois de leur pays, qui seules pouvaient leur être applicables; et si l'Angleterre regardait cela comme une infraction du Traité, l'article XXXI de celui de commerce réglait précisement sa conduite dans ce cas, sans que, sous aucun prétexte, elle pût s'arroger le droit de commettre des hostilités en pleine paix. Je tacherai de démontrer évidemment qu'après la conclusion des dits Traités, ce commerce n'a jamais été fait dans les ports qu'on y exceptuait, et dans le cas contraire on ne réclamerait jamais les vaisseaux pris pour écarter absolûment toute espèce de contestation qui pût avoir une ombre de fondement. Toute la controverse paraît rouler sur la véritable intelligence de l'étendue des côtes comprises sous le nom de *Côte d'Or;* mais les Portugais ayant été les premiers qui ont découvert et visité ces contrées et ceux qui leur ont imposé des noms, c'était plutôt d'après les cartes portugaises et en consultant les anciens navigateurs de cette Nation, que par le caprice de capitaines de corsaires et des marins anglais, qu'on devait décider la question. Les Portugais ont constamment compris, sous le nom de Côte d'Or, la partie de la côte d'Afrique située entre le Cap des Palmes et le Cap Formoso, et les autorités Portugaises, en conformité de cette intélligence et en vertu de l'article X du Traité d'alliance, accordèrent des passeports aux navires portugais qui se dirigeaient vers les ports de cette côte. Les croiseurs anglais ont premièrement pris ceux de ces bâtiments qui se trouvaient au nord du Cap des Trois Pointes, en fixant la Côte d'Or entre ce cap et le Cap Formoso. C'est de cette manière que la *Marianne* et le *Venus* ont été pris. Les Portugais, forcés d'admettre cette interprétation arbitraire,

3.º Pretexto. *Que os navios portuguezes faziam o commercio da escravatura nos portos prohibidos pelo artigo 10.º do Tratado de alliança de 1810.* Supponhamos por um momento que os Portuguezes faziam o commercio da escravatura nos portos prohibidos pelo Tratado; seguir-se-ia d'ahi que os cruzeiros inglezes tinham o direito de os tomar? De certo que não; os que d'essa maneira houvessem faltado á execução do Tratado só podiam ser submettidos ás leis do seu paiz, as quaes unicamente lhes deviam ser applicaveis; e se a Inglaterra considerava isto como infracção do Tratado, o artigo 31.º do Tratado de commercio regulava precisamente o seu proceder em tal caso, sem que, sob qualquer pretexto, ella podesse arrogar-se o direito de commetter hostilidades em plena paz. Procurarei demonstrar até á evidencia que, depois da conclusão dos ditos Tratados, este commercio nunca foi feito nos portos ahi exceptuados, e, no caso contrario, nunca se reclamariam os navios tomados, para assim arredar absolutamente toda a especie de contestação que podesse ter sequer uma sombra de fundamento. Toda a controversia parece versar sobre a verdadeira intelligencia da extensão das costas comprehendidas debaixo do nome de *Costa do Ouro;* mas tendo sido os Portuguezes os primeiros que descobriram e visitaram estas regiões, e os que lhes deram os nomes, devia-se decidir a questão, antes, segundo as cartas portuguezas, e segundo os antigos navegadores d'esta Nação, do que pelo capricho de capitães de corsarios ou de maritimos inglezes. Os Portuguezes comprehenderam sempre debaixo do nome de Costa do Ouro a parte da costa de Africa situada entre o Cabo das Palmas e o Cabo Formoso, e as autoridades Portuguezas, em conformidade d'isto e em virtude do artigo 10.º do Tratado de alliança, concederam passaportes aos navios portuguezes que se dirigiam para os portos d'esta costa. Os cruzeiros inglezes tomaram, ao principio, d'estes navios unicamente os que se achavam ao norte do Cabo das Tres Pontas, fixando a Costa do Ouro entre este cabo e o Cabo Formoso. Por tal modo foram tomados a *Marianna* e o *Venus*. Os Portuguezes, obrigados a admitti-

s'y son conformés ; mais leurs bâtiments n'en ont été moins pris d'après une nouvelle intelligence du mot Côte d'Or. Les croiseurs anglais déclarèrent que le pavillon portugais ne serait respecté que dans le port d'Ajuda, et dans ceux où son drapeau flotereit à terre. L'*Americano*, le *Destino*, le *Desengano*, etc., ont été pris d'après cette nouvelle explication. Nouvelle et inutile soumission encore des Portugais, lesquels se sont réduits au commerce du seul port d'Ajuda, et là même, à l'abri d'un fort portugais, ils n'ont pas pu échapper à la philanthropie britannique. Des Anglais entrent dans ce port mal défendu, implorent de l'assistance pour avoir de l'eau et des vivres, et après en avoir été pourvus, ils attaquent tous les vaisseaux portugais qui y tenaient tranquillement à l'ancre, qui leur avoient prêté des secours et qui s'y reposaient sur la foi des Traités !!

Voilà les trois prétextes qui ont servi à couvrir la vraie raison de la prise de quarante à cinquante bâtiments portugais.

Je finirai ce qui regarde les prétextes des violences commises par les Anglais, en transcrivant ici deux jugements remarquables des Vice-Amirautés de Serre Leone et du Cap de Bonne Espérance. La Vice-Amirauté de Serre Leone, en condamnant le vaisseau *Marianne*, a dit dans sa sentence, qu'elle déclarait ce vaisseau de bonne prise, *attendu que ce bâtiment était illégalement équipé, mis en mer et employé à la traite des nègres d'Afrique, contre les clauses du Traité de paix et d'alliance entre Sa Majesté Britannique et Son Altesse Royale, ce commerce ayant été, par des raisons d'humanité, aboli par la plupart des Nations civilisées, n'étant plus en ce moment légalement autorisé par aucune d'elles*. Que l'on compare cela avec les stipulations claires et précises de l'article X du Traité d'alliance, et on fera une idée exacte de la justice anglaise. G. Rekewick, juge de la cour de la Vice-Amirauté au Cap de Bonne Espérance, donna la décision suivante au sujet du vaisseau *Restaurador*, venant de Moçambique chargé d'esclaves. *Que, d'après l'article X du Traité*

rem esta interpretação arbitraria, conformaram-se com ella, mas os seus navios nem por isso deixaram de ser tomados, por causa da nova maneira por que se entendeu a palavra Costa do Ouro. Os cruzeiros inglezes declararam que o pavilhão portuguez só seria respeitado no porto de Ajudá, e nos outros portos onde elle fluctuasse em terra. O *Americano,* o *Destino,* o *Desengano,* etc., foram tomados em virtude d'esta nova explicação. Nova e inutil submissão dos Portuguezes, os quaes ficaram reduzidos sómente ao commercio do porto de Ajudá, e ahi mesmo, ao abrigo de um forte portuguez, não poderam escapar á philantropia britannica. Um dia os Inglezes entram n'este porto mal defendido, imploram auxilio para obterem agua e viveres, e, depois de providos, atacam todos os navios portuguezes n'elle ancorados tranquillamente, que os haviam soccorrido, e que descançavam na fé dos Tratados!

Eis os tres pretextos que serviram para acobertar a verdadeira razão do apresamento de quarenta a cincoenta navios portuguezes.

Terminarei o que toca aos pretextos das violencias commettidas pelos Inglezes, transcrevendo aqui duas sentenças notaveis dos Vice-Almirantados da Serra Leôa e do Cabo da Boa Esperança. O Vice-Almirantado da Serra Leôa, condemnando o navio *Marianna,* disse na sua sentença, que declarava este navio boa presa, *visto que se achava illegalmente equipado, navegando, e empregado no trafico de negros de Africa, contra as clausulas do Tratado de paz e alliança entre Sua Magestade Britannica e Sua Alteza Real, commercio este que fôra abolido por motivos de humanidade pela maioria das nações civilisadas, e que não era legalmente autorisado por nenhuma d'ellas.* Compare-se isto com as estipulações claras e precisas do artigo 10.º do Tratado de alliança, e far-se-ha uma idéa exacta da justiça ingleza. G. Rekwick, juiz do tribunal do Vice-Almirantado no Cabo da Boa Esperança, pronunciou a seguinte sentença, tratando-se do navio *Restaurador,* que vinha de Moçambique carregado de escravos: *Que, segundo o artigo 10.º do Tratado de alliança, o navio não*

d'alliance, le navire étant parti d'un port portugais, ne pouvait être condamné; et que par l'article V du Traité de commerce il ne pouvait l'être non plus, attendu que cet article privait seulement les bâtiments portugais du droit de jouir de certains privilèges particuliers dans les ports anglais; mais néanmoins, considérant qu'on ne pouvait pas déterminer avec certitude, ni d'après les dépositions, ni par l'examen des papiers, le pays où le dit navire avait été construit, il en prononçait la condamnation! Quelle logique! et pourquoi s'efforcer à garder des convenances, qui ne font que rendre de pareilles injustices encore plus odieuses et plus révoltantes?

Supposons néanmoins pour un moment que les prétextes allégués fussent des raisons solides et que les négociants portugais fissent en effet un commerce défendu par leurs propres lois; s'ensuivrait-il que l'Angleterre acquit par là le droit de faire l'Argus et l'implacable zelateur de l'exacte observation des lois des autres pays? Le Portugal lui avait-il confié ce soin par quelque Traité, ou bien avait-il renoncé à son indépendance en se demettant en faveur de l'Angleterre de cette partie essentielle de la souveraineté? Non, ces actes ne peuvent être appelés que des hostilités arbitraires, suivies et préméditées, et contraires elles mêmes aux stipulations de l'article XXXI du Traité de commerce entre les deux pays. Sera-ce la philanthropie qui commande de fouler aux pieds tous les principes du droit public, toutes les lois de la justice et de l'équité, et de se moquer de la bonne foi et de la sainteté des Traités? Que dirait l'Angleterre si le Danemarc, lorsqu'il a aboli l'esclavage, s'était servi de cette raison pour capturer les vaisseaux anglais, qui en ce temps-là s'occupaient de la traite des nègres, qu'ils ont encore continuée pendant une période considérable? Les cris de l'indignation et de la vengeance retentiraient de toute part dans le Parlement, contre les agresseurs de l'indépendance nationale; et cependant les Anglais ne veulent pas garder envers les autres Nations ces principes sacrés et immuables de justice, semblant s'attacher au renversement de tout le droit

podia ser condemnado, porque havia partido de um porto portuguez, e que tambem o não podia ser pelo artigo 5.º do Tratado de commercio, por isso que este artigo privava os navios portuguezes unicamente do direito de gosarem de certos privilegios particulares nos portos inglezes, mas que, entretanto, considerando que não se podia determinar com certeza, nem pelos depoimentos, nem pelo exame dos papeis, o paiz onde o dito navio tinha sido construido, o declarava condemnado! Que logica! e para que é procurar guardar as conveniencias, se ellas tornam taes injustiças ainda mais odiosas e revoltantes?

Supponhamos, comtudo, por um momento, que os pretextos allegados fossem razões solidas, e que os negociantes portuguezes fizessem com effeito um commercio prohibido pelas suas proprias leis, resultaria d'ahi que a Inglaterra adquirisse por esse facto o direito de se arvorar em Argos e implacavel zelador do exacto cumprimento das leis dos outros paizes? Tinha-lhe Portugal incumbido este cuidado em virtude de algum Tratado, ou havia elle renunciado á sua independencia, despojando-se em favor da Inglaterra d'esta parte essencial da soberania? Não; estes actos não podem ser chamados senão hostilidades arbitrarias, seguidas e premeditadas, e contrarias ás estipulações do artigo 31.º do Tratado de commercio entre os dois paizes. Será a philantropia que manda calcar aos pés todos os principios do direito publico, todas as leis da justiça e da equidade, e zombar da boa fé e da santidade dos Tratados? O que diria a Inglaterra, se a Dinamarca, quando aboliu a escravidão, se houvesse servido d'este motivo para capturar os navios inglezes, que então se occupavam no trafico da escravatura, em que ainda continuaram durante um periodo consideravel? Brados de indignação e vingança resoariam de toda a parte no Parlamento contra os aggressores da independencia nacional; e comtudo os Inglezes não querem observar para com as outras Nações estes principios sagrados e immutaveis de justiça; parece que pretendem destruir

public existant, où bien veulent-ils s'en faire en leur faveur encore un monopole.

Jetons à présent nos regards sur la conduite du Gouvernement Portugais dans cette affaire, et voyons le contraste frapant qu'il y a entre la modération et la candeur avec lesquelles il porta ses justes plaintes à l'Angleterre, en demandant la réparation des injures, et des pertes causées par les despotismes maritimes et la perfide ambiguité avec laquelle cette dernière Puissance lui répondait, en faisant toujours continuer son système de déprédation. Lorsque l'on a reçu au Brésil la nouvelle de la saisie des premiers vaisseaux, on a cru en général que cela provenait du caprice du commandant de quelque corsaire, et que le Gouvernement Britannique ne tarderait pas à donner une satisfaction complète de de ces actes, que l'on croyait arbitraires; mais les avis consécutifs que l'on a reçus d'autres faits pareils, repandirent l'alarme, sur tout parmi les habitants de Bahia, lesquels firent alors paraître des démonstrations sérieuses de mécontentement, et portèrent leur ressentiment jusqu'à vouloir s'indemniser par la saisie des biens des Anglais y résidants. Le Ministre d'Angleterre près la Cour du Brésil fit alors un manifeste, qu'il adressa au Consul Anglais dans la susdite ville, dans lequel il déclarait illégaux et injustes les procédés des croiseurs de sa Nation, en promettant une satisfaction complète et immédiate. La Cour du Brésil ordonna à son Ambassadeur près celle de Londres de demander catégoriquement, si ces prises étaient ou non faites par ordre du Gouvernement Britannique, en ajoutant que, dans le prémier cas, le Gouvernement Portugais se croyait en droit d'exiger une satisfaction et l'indemnité des dommages qu'on lui avait faits, et que dans le second il était décidé à traiter les vaisseaux preneurs comme des pirates. Le Gouvernement Britannique, après avoir long-temps différé la réponse, pressé par les instances répétées de l'Ambassadeur de Portugal, déclara à la fin que les prises n'étaient pas faites par son ordre, mais nonobstant qu'il procéderait à s'informer convenablement à cet égard.

todo o direito publico existente, ou fazer monopolio d'elle só para si.

Examinemos agora o comportamento do Governo Portuguez n'este assumpto, e vejamos o contraste notavel que se dá entre a moderação e sinceridade com que elle apresentou as suas justas queixas á Inglaterra, pedindo a reparação das injurias e perdas causadas pelos despotismos maritimos, e a perfida ambiguidade com que esta ultima Potencia lhe respondia, fazendo sempre com que continuasse o seu systema de depredação. Quando se recebeu no Brazil a noticia do apresamento dos primeiros navios, julgou-se geralmente que isso provinha do capricho do commandante de algum corsario, e que o Governo Britannico daria dentro em breve uma satisfação completa dos seus actos, suppostos arbitrarios; mas os avisos consecutivos que se receberam de outros acontecimentos identicos espalharam o susto, principalmente entre os habitantes da Bahia, os quaes romperam em sérias demonstrações de descontentamento, levando o resentimento até o ponto de quererem indemnisar-se, apoderando-se dos bens dos Inglezés ahi residentes. O Ministro de Inglaterra na Côrte do Brazil dirigiu então um manifesto ao Consul Inglez na dita cidade, no qual declarava illegal e injusto o procedimento dos cruzeiros da sua Nação, e promettia uma satisfação completa e immediata. A Côrte do Brazil ordenou ao seu Embaixador na Côrte de Londres que perguntasse categoricamente se estas presas eram ou não feitas por ordem do Governo Britannico, acrescentando que, no primeiro caso, o Governo Portuguez julgava-se no direito de exigir uma satisfação e a indemnisação dos prejuizos que lhe tinham sido feitos, e que no segundo estava determinado a tratar os navios aprezadores como piratas. O Governo Britannico, depois de ter por muito tempo differido a resposta, obrigado pelas instancias repetidas do Embaixador de Portugal, declarou finalmente que as presas não eram feitas por sua ordem, mas que, não obstante, procederia ás informações convenientes a tal respeito.

Cela n'avait pas d'autre but que de gagner du temps en trainant l'affaire en longueur, et le Cabinet de Portugal s'abandonant sur les promesses de celui de la Grande-Bretagne, les saisies continuèrent et devinrent même plus fréquentes, parce que l'impunité et l'intérêt encourageant les preneurs, ils inventaient toujours de nouveaux prétextes pour commettre de nouvelles injustices. Le silence du Cabinet Britannique continuait toujours, malgré les représentations répétées qu'on lui adressait. A la fin le Ministre d'Angleterre près la Cour du Brésil, dans une longue note, datée du 12 Juin 1813, qu'il adressa au Ministre des Affaires Étrangères sur différents objets, s'expliqua à l'égard des prises de la manière qui suit:

«L'objet dont le soussigné s'occupe maintenant, est relatif aux vaisseaux portugais que commerçaient vers la côte d'Afrique et qui ont été capturés; et sur ce point le soussigné est autorisé à déclarer que, nonobstant le grand désir que la Cour de Londres éprouve de mettre un terme à tous les motifs de plaintes à cet égard, il n'est pas possible au Gouvernement Britannique d'y rémedier ni de donner la satisfaction demandée à ce sujet, sans que préalablement on produise devant la cour de l'Amirauté d'Angleterre, en forme d'appel des tribunaux locaux, quelques-uns de ces faits qui renferment les particularités essentielles de la question. Voilà la seule manière de faire parvenir de pareils cas à l'examen du Gouvernement de Son Altesse Royale, et la soumission seulement des propriétaires des vaisseaux et des cargaisons à cette formalité, le mettra à même de pouvoir faire les démarches nécessaires pour remédier aux abus, en cas qu'ils soient prouvés, d'accorder des compensations pour le passé, ou de prendre des précautions pour l'avenir, suivant la justice des requérants.» Cette explication a été repoussé comme il convenait dans la réponse à la dite note. Voilà la manière dont le Ministre des Affaires Étrangères s'expliqua dans sa contre-note du 29 Décembre de la même année:

«Si l'on voudrait, dit-il, consulter les principes de la jus-

O unico fim d'isto era ganhar tempo adiando a resolução do negocio; e, como o Gabinete de Portugal confiasse nas promessas do da Gran-Bretanha, as presas continuaram e tornaram-se até mais frequentes, porque os apresadores, animados pela impunidade e pelo interesse, inventavam sempre novos pretextos para commetterem novas injustiças. O silencio do Gabinete Britannico continuava entretanto, apesar das repetidas representações que lhe eram dirigidas. A final o Ministro de Inglaterra na Côrte do Brazil, em uma longa nota, datada de 12 de junho de 1813, e dirigida ao Ministro dos Negocios Estrangeiros ácerca de diversos assumptos, explicou-se quanto ás presas pelo modo seguinte:

«O objecto de que o abaixo assignado se occupa agora é relativo aos navios portuguezes que commerciavam para a costa de Africa e foram capturados; e ácerca d'este ponto o abaixo assignado acha-se autorisado a declarar que, não obstante o grande desejo, que a Côrte de Londres tem de acabar com todos os motivos de queixas a tal respeito, o Governo Britannico não póde remedial-os, nem dar a satisfação pedida sobre tal assumpto, sem se apresentarem anteriormente perante o tribunal do Almirantado de Inglaterra, em fórma de appellação dos tribunaes locaes, alguns d'estes factos que encerram as particularidades essenciaes da questão. Eis o unico modo de fazer chegar semelhantes casos ao exame do Governo de Sua Alteza Real, e só a submissão dos proprietarios dos navios e das cargas a esta formalidade o habilitará a dar os passos necessarios para remediar os abusos, e, no caso que elles sejam provados, a conceder compensações quanto ao passado, ou a tomar precauções quanto ao futuro, segundo a justiça dos requerentes.» Esta explicação foi repellida, como convinha na resposta á dita nota. Eis a maneira por que o Ministro dos Negocios Estrangeiros se explicou na sua contra-nota de 29 de dezembro do mesmo anno:

«Se se pretendesse, diz elle, consultar os principios da

tice et du droit public, on verrait qu'il n'y avait pas d'autre moyen à suivre dans le cas présent, que celui des réclamations et des réquisitions, déjà mis en pratique, car il ne s'agit pas ici de questions particulières entre individus de la Nation, mais de questions du Souverain de cette Nation sur les droits de la Couronne, et sur le violement et la rupture d'un Traité célébré avec le Souverain de la Grande-Bretagne, lesquelles n'ont jamais été décidées par le moyen d'appellation aux tribunaus respectifs, les maux, pertes et dommages qui de cette rupture et de ce violement s'ensuivirent aux individus de la Nation, sujets de Son Altesse Royale, ne venant ici que comme des accessoires.

«Ce moyen d'appel aux cours de l'Amirauté ne pourrait avoir lieu que dans le cas de guerre avec la Grande-Bretagne (ce qu'à Dieu ne plaise qu'il arrive jamais), et si en conséquence de celle-ci l'on procédait à des actes hostiles en capturant les vaisseaux susdites, parce qu'alors, les hostilités étant autorisées et permises, ainsi que le saisissement des biens et possessions de l'ennemi, c'était seulement par le moyen de ces tribunaux que l'on devait décider, précédant toujours la connaissance de l'affaire, si les prises avaient été pratiquées suivant les règles établies par le droit des gens et par le droit maritime des Nations. Dans le cas actuel ces circonstances et ces incidents nécessaires ne se trouvent point, parce qu'il n'y avait et qu'heureusement il n'y a pas de guerre entre les deux Nations, et qu'au contraire il existe entr'elles la plus étroite et réciproque alliance et harmonie; étant outre cela bien connu que, même dans le cas malheureux de guerre, il a été expressément stipulé dans l'article XXXI du Traité de commerce, que, *dans le cas de guerre entre les deux Couronnes, on ne présumera point que la rupture existe, avant le rappel, ou le congé des Ambassadeurs et Ministres respectifs.*»

Ainsi continua l'affaire jusqu'au moment de la conclusion du Traité de paix fait à Paris le 30 mois de Mai 1814. L'Angleterre ayant alors obtenu d'y faire l'insertion d'un article concernant la traite des nègres, envoya sans délai faire des

justiça e do direito publico, ver-se-ia que o unico meio a seguir no caso presente era o das reclamações e requisições, já posto em pratica, porque não se trata de questões particulares entre individuos da Nação, mas sim de questões do Soberano d'esta Nação ácerca dos direitos da sua Corôa, e da violação e ruptura de um tratado celebrado com o Soberano da Gran-Bretanha, as quaes nunca foram decididas por meio de appellação aos tribunaes respectivos, pois os males, perdas e damnos que se seguiram d'esta ruptura e violação aos individuos da Nação, subditos de Sua Alteza Real, entram aqui sómente como accessorios.

«Este meio de appellação aos tribunaes do Almirantado só poderia dar-se em caso de guerra com a Gran-Bretanha (o que Deus nunca permitta), e se em consequencia d'ella se procedesse a actos hostis capturando os ditos navios, porque então as hostilidades sendo autorisadas e permittidas, assim como a tomadia dos bens e haveres do inimigo, sómente por meio d'estes tribunaes se devia decidir, tomado antes conhecimento do negocio, se as prezas tinham sido praticadas conforme as regras estabelecidas pelo direito das gentes e pelo direito maritimo das Nações. No caso actual não se encontram estas circumstancias e incidentes necessarios, porque não havia e felizmente não ha guerra entre as duas Nações, e pelo contrario existe entre ellas a mais intima e reciproca alliança e harmonia; além d'isto sabe-se muito bem que, mesmo no caso infeliz de guerra, se estipulou expressamente no artigo 31.º do Tratado de commercio que *havendo guerra entre as duas Corôas, não se considerará a ruptura como existente senão depois do chamamento ou da despedida dos Embaixadores e Ministros respectivos.*»

Assim continuou este negocio até á conclusão do Tratado de paz, feito em Paris a 30 de maio de 1814. Havendo a Inglaterra então obtido que se inserisse n'elle um artigo a respeito do trafico da escravatura, mandou logo fazer propostas

propositions à la Cour du Brésil pour qu'elle accédât aux termes des stipulations faites avec la France à cet égard. Ces propositions sont si remarquables qu'on ne peut pas s'empêcher de les produire ici. *Si le Portugal, y disait-on, veut accéder aux termes des stipulations faites avec la France, l'Angleterre n'aura aucun doute d'accorder une ample et convenable indemnité pour les prises faites, et le Prince Régent enverra en outre l'ordre de la Jarretière à Son Altesse Royale le Prince Régent de Portugal.* Cette proposition à été rejetée *in limine*, et le Prince Régent de Portugal envoya en réponse à celui d'Angleterre l'ordre de la Tour et de l'Epée. L'Angleterre voulait ainsi considérer une juste et due indemnité comme l'équivalent d'une nouvelle concession.

Voilà l'état de l'affaire au moment de l'ouverture du Congrès de Vienne. Les démarches que le Plénipotentiaire Anglais y a faites à cet égard, sont assez connues, ainsi que ses efforts, et pour faire nommer de la manière qui mieux lui convenait la commission qui devait s'occuper de cette affaire, et pour que cette commission déclarât au nom de toutes les Puissances l'extinction immédiate du trafic des esclaves. Il est aussi digne de remarque que le Plénipotentiaire Anglais étant convenu avec les Plénipotentiaires de Portugal au sujet de quatre articles sur la traite des nègres, qui avaient été fidèlement extraits des protocoles des sessions de la dite commission, et qui devaient faire part du Traité général, les ayant même déjà signés avec eux, aussi bien qu'avec les autres Plénipotentiaires des huit Puissances, demandât nonobstant dans la dernière conférence que l'on fit seulement l'insertion des deux premiers des dits articles, en omettant les deux autres, ou bien qu'on les omit tous, ce qu'a été pratiqué. Cela prouve encore que l'Angleterre cherche seulement à négocier ce que lui convient et pas ce qui est juste.

Il y a eu cependant à cet égard une négociation separée entre le Plénipotentiaire Britannique et ceux de Portugal. Lord Castlereagh, malgré l'appui qu'il trouvait dans tous les Cabinets, voyait bien que s'il forçait les Plénipotentiaires Portugais à présenter dans une conférence le récit exact des

á Côrte do Brazil para que accedesse aos termos das estipulações feitas com a França sobre tal assumpto. São tão notaveis estas proposições que não podem deixar de ser aqui declaradas. *Se Portugal,* dizia-se n'ellas, *quer acceder aos termos das estipulações feitas com a França, a Inglaterra não terá nenhuma duvida em conceder uma ampla e consideravel indemnisação pelas presas feitas, e o Principe Regente, além d'isso, enviará a ordem da Jarreteira a Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal.* Esta proposição foi rejeitada *in limine,* e o Principe Regente de Portugal enviou em resposta ao de Inglaterra a ordem da Torre e Espada. A Inglaterra queria por este modo considerar uma indemnisação justa e devida como o equivalente de uma nova concessão.

Eis o estado do negocio na epocha da abertura do Congresso de Vienna. Os passos que o Plenipotenciario Inglez ahi deu a tal respeito são bastante conhecidos, assim como seus esforços não só para fazer nomear, como melhor lhe convinha, a commissão qne devia occupar-se d'este assumpto, como tambem para que esta commissão declarasse em nome de todas as Potencias a extincção immediata do trafico da escravatura. É tambem digno de nota que, tendo o Plenipotenciario Inglez convencionado com os Plenipotenciarios de Portugal ácerca dos quatro artigos sobre o trafico da escravatura, que haviam sido fielmente extrahidos dos protocollos das sessões da dita commissão, e que deviam fazer parte do Tratado geral, tendo-os até já mesmo assignado com elles, assim como com os outros Plenipotenciarios das oito Potencias, pedisse, não obstante isso, na ultima conferencia, que fossem apenas insertos os dois primeiros dos ditos artigos, omittindo os outros dois, ou que se omittissem todos, o que foi executado. Isto prova tambem que a Inglaterra procura negociar sómente o que lhe convem, e não o que é justo.

Houve comtudo a este respeito uma negociação á parte entre o Plenipotenciario Britannico e os de Portugal. Lord Castlereagh, apesar do apoio encontrado em todos os Gabinetes, bem conhecia que, se obrigasse os Plenipotenciarios Portuguezes a apresentarem n'uma conferencia a narração

déprédations faites au commerce de leur Nation par la marine britannique, cela ne manquerait pas de produire une impression peu favorable à l'Angleterre, par l'injustice révoltante qui en éclaterait et dont l'odieux rejaillirait tout entier sur cette Puissance. Cette considération le décida à tâcher par tous les moyens possibles de négocier particulièrement avec les Plénipotentiaires Portugais. Ceux-ci, fortement convaincus de la justice de leur cause, répondirent constamment que, pendant que l'Angleterre se refuserait à donner satisfaction et indemnité pour les prises faites dans la côte d'Afrique, ils ne pouvaient entrer avec elle dans aucune négociation. Après beaucoup de discussions assez longues et fastidieuses, le Plénipotentiaire Britannique s'est enfin décidé à signer le 20 Janvier 1815 une convention, dans laquelle l'Angleterre donnait au Portugal la satisfaction exigée, et s'engageait en outre à lui payer la somme de £ 300:000, comme indemnité des susdits prises faites jusqu'au 1 Juin 1814. Par un article additionel de la même Convention, qui à la prière du Ministre Britannique resta secret, pour ne pas, comme il disait, fournir des armes contre soi au parti de l'opposition, l'Angleterre s'obligeait au dédommagement de toutes les prises qu'on aurait faites après cette époque. Cette Convention et le Traité signé le jour suivant, par lequel le Portugal s'obligeait à faire cesser immédiatement le trafic des nègres au nord de l'Équateur, ont été ratifiés et exécutés sans délai par le Gouvernement Portugais, tandis que l'Angleterre a jusqu'à présent élevé des doutes sur le payement des £ 300:000, et que les captures continuent comme auparavant.

Par ces procédés iniques et continués, l'Angleterre a empêché la Cour du Brésil de pouvoir préfinir l'époque de la cessation générale de la traite des nègres, car si le Brésil possedait à présent le grande nombre d'esclaves, dont par sa conduite injuste l'Angleterre l'a privé pendant les cinq dernières années, on pourrait peut-être en ce moment, sans vexer le peuple, prendre les mesures que le Gouvernement sohaite d'adopter et qui par là deviennent impraticables,

exacta dos roubos feitos ao commercio da sua Nação pela marinha britannica, isso produziria forçosamente uma impressão pouco favoravel á Inglaterra, sobre quem recahiria toda a indignação pelas revoltantes injustiças então manifestadas. Esta consideração decidiu-o a procurar, por quantos meios pôde, negociar particularmente com os Plenipotenciarios Portuguezes. Estes, convencidos inteiramente da justiça da sua causa, responderam sempre que, emquanto a Inglaterra recusasse dar satisfação e indemnisação pelas presas feitas na costa de Africa, não podiam entabolar com ella negociação alguma. Depois de muitas discussões bastante longas e fastidiosas, o Plenipotenciario Britannico decidiu-se finalmente a assignar em 20 de janeiro de 1815 uma Convenção em que a Inglaterra dava a Portugal a satisfação exigida, e, além d'isso, se obrigava a pagar-lhe a quantia de £ 300:000, como indemnisação das ditas presas feitas até o 1.º de junho de 1814. Por um artigo addicional da mesma Convenção, que ficou secreto a pedido do Ministro Britannico, para, como dizia, não dar armas contra si ao partido da opposição, a Inglaterra obrigava-se á restituição de todas as presas que se houvessem feito depois d'esta epocha. Esta Convenção e o Tratado assignado no dia seguinte, por que Portugal se obrigava a acabar immediatamente com o trafico da escravatura ao norte do Equador, foram ratificados e executados sem demora pelo Governo Portuguez, ao passo que a Inglaterra tem até agora levantado duvidas ácerca do pagamento das £ 300:000, e que os apresamentos continuam como d'antes.

Com estes actos iniquos e continuados a Inglaterra obstou a que a Côrte do Brazil determinasse a epocha do acabamento geral do trafico da escravatura, porque se o Brazil possuisse agora o grande numero de escravos, de que a Inglaterra o privou pelo seu injusto procedimento durante os ultimos cinco annos, talvez se podesse n'esta occasião, sem vexar o povo, tomar as medidas que o Governo deseja adoptar, e que por aquelle motivo são impraticaveis, principalmente no es-

surtout dans l'état d'irritation où le peuple se trouve par la souffrance de si criantes injustices. Pour se faire une idée de cette aigreur des esprits, il suffit de savoir que les propriétaires ont armé leurs vaisseaux destinés à la traite des nègres, en ordonnant aux capitaines non-seulement de se défendre, mais même d'attaquer les vaisseaux de guerre anglais qu'ils rencontreraient en chemin. De cette manière la Nation commence à exercer des représailles, ce dont le Gouvernement s'est esquivé jusqu'à présent. Il n'est pas possible de prévoir quelle sera l'issue d'un tel ordre de choses; mais il est naturel de présumer que, si le despotisme maritime anglais ne se modère, il n'y aura pas moyen de contenir l'exaspération du peuple, et que la guerre commencera entre les deux Nations avant que les Gouvernements se l'aient déclarée. L'Angleterre donc, si elle désire de voir s'approcher l'époque de la cessasion de la traite des nègres, doit s'abstenir des pirateries qu'elle a exercés dans les derniers années sur les vaisseaux employées dans ce commerce, et ne pas empêcher par de telles iniquités le Gouvernement Portugais de se mettre en état de finir un trafic, qui ne lui convient pas de continuer pour long-temps. Pendant que la Grande-Bretagne suivra la même conduite despotique, ni le peuple se prêtera de bon gré aux mesures du Gouvernement, ni la dignité de la Nation permet que l'on puisse attribuer à la crainte ce qui ne doit être que l'effet de la conviction et de la propre utilité.

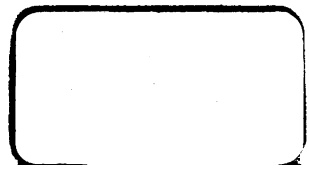
D'après ce qui vient d'être dit, il résulte que l'Angleterre abuse de la bonne foi des Cabinets de l'Europe, en les invitant pour la discussion d'une affaire que dans sa politique elle a depuis long-temps décidée, et en affectant avec une hypocrite ruse, de soumettre à leur controverse une opinion, pour soutenir laquelle cette Puissance employe depuis long-temps la force armée.

L'Angleterre veut absolûment contraindre le Portugal à préfixer immédiatement l'époque de la cessation générale de la traite des nègres, et le Portugal le fera aussitôt que l'Angleterre consentira à l'annulation du Traité de commerce de

tado de irritação em que se acha o povo por causa das feridas de tão atrozes injustiças. Para fazer idéa d'essa irritação basta saber que os proprietarios armaram os seus navios destinados ao trafico da escravatura, ordenando aos capitães, não sómente que se defendessem, mas que tambem atacassem os navios de guerra inglezes que encontrassem no caminho. D'este modo a Nação começa a fazer represalias, o que o Governo procurou evitar até agora. Não se póde prever qual será a consequencia de uma tal ordem de cousas, mas é natural presumir que se o despotismo maritimo da Inglaterra não se moderar, não haverá nenhum meio de conter a exasperação do povo, e que a guerra entre as duas Nações começará antes que os respectivos Governos a declarem. Se portanto a Inglaterra deseja que se approxime a epocha do acabamento do trafico da escravatura, deve abster-se de praticar as piraterias dos ultimos annos contra os navios empregados n'este commercio, e não impedir com semelhantes iniquidades que o Governo Portuguez se habilite a acabar este trafico, que não lhe convem continuar por muito tempo. Emquanto a Gran-Bretanha se comportar como até agora despoticamente, nem o povo se prestará de bom grado ás medidas do Governo, nem a dignidade da Nação consente que se possa attribuir ao temor o que só deve ser resultado da convicção e utilidade propria.

Do que se acaba de dizer resulta que a Inglaterra abusa da boa fé dos Gabinetes da Europa, convidando-os á discussão de um assumpto que ella ha muito decidiu na sua politica interna, e affectando com astucia hypocrita que submette á sua controversia uma opinião que tem sustentado ha muito tempo com a força armada.

A Inglaterra quer obrigar inteiramente Portugal a fixar desde já a epocha do acabamento do trafico da escravatura, e Portugal promptifica-se a fazel-o, logo que a Inglaterra consinta na annullação do Tratado de commercio de 1810, pe-

1810, petite compensation qu'on exige pour l'incalculable sacrifice qu'ou fera dans une telle préfixion. Cette proposition a été faite à l'Angleterre par les Plénipotentiaires Portugais au Congrès de Vienne; mais la philanthropie britannique n'est pas si grande que l'Angleterre veuille lui faire le plus petit sacrifice de ses intérêts commerciaux. Mais en cela elle agit conséquemment; car n'étant que l'intérêt mercantile et son grand plan de commerce exclusif et universel que guident sa philanthropie, celle-ci doit naturellement être mise de côté aussitôt qu'elle se trouve en collision avec ceux-là, l'accesoire ne devant jamais l'emporter sur le principal.

quena compensação que exige pelo incalculavel sacrificio que lhe virá de semelhante fixação. Esta proposição foi feita á Inglaterra pelos Plenipotenciarios Portuguezes no Congresso de Vienna. Mas a philantropia britannica não chega a ponto de a Inglaterra sacrificar por seu respeito a minima parte dos seus interesses commerciaes. Ao menos n'isto ella procede consequentemente, porque, sendo o interesse mercantil, e o seu grande plano de commercio exclusivo e universal os unicos motores da sua philantropia, deve esta naturalmente ser posta de parte, logo que se ache em collisão com elles, pois o accessorio não deve prevalecer ao principal.